



SESSÃO TEMÁTICA Nº 01 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: OS DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Danielle Tesche/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ana Mercedes Sarria Icaza/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este trabalho analisa o processo de construção da proposta de curricularização da extensão no curso de Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e busca entender de que forma as características dos estudantes e as percepções que eles e o corpo docente têm sobre a extensão universitária contribuem ou dificultam suas possibilidades de implementação e de avanços na indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Trata-se de uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa e cujo referencial teórico aborda as concepções e o histórico da extensão universitária, seus desafios políticos e institucionais no Brasil e o significado da centralidade do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O referencial trata ainda sobre o processo de institucionalização da curricularização da extensão, suas normas, prazos de implementação e desafios atuais e traz alguns elementos sobre a extensão universitária no campo de públicas. Do ponto de vista metodológico, além do levantamento de informações secundárias, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a professores e estudantes do curso, para conhecer seu perfil e suas percepções da extensão. Como resultado, o trabalho mostrou que, apesar do fato de um curso noturno trazer dificuldades para a implementação da extensão no currículo do curso de Administração Pública e Social da UFRGS, sua inserção é possível e viável e não é apenas condicionada pelos problemas decorrentes da composição majoritária de alunos trabalhadores, mas também pelo pouco contato que eles têm com a extensão, e por uma visão e uma prática docente e

institucional que, mesmo com uma apreciação positiva da extensão, não a integra efetivamente como parte indissociável junto ao ensino e à pesquisa.

Palavras-chave: Extensão universitária. Curricularização. Universidade.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da Constituição Federal instituir que as universidades obedecem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a extensão é a atividade menos praticada dentre elas e enfrenta desafios importantes, que têm gerado debates e propostas de políticas institucionais ao longo das últimas décadas. É como parte desse processo que se dá a inserção da Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014-2024 e, posteriormente, a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão e prevê que as atividades de extensão deverão compor ao menos 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação nas instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o país.

Entretanto, a implementação dessa integralização das atividades de extensão nos cursos de graduação traz uma série de desafios para as universidades, tanto políticos como pedagógicos e de gestão. Este processo se complica ainda mais no cenário dos cursos noturnos, nos quais boa parte dos alunos trabalha durante o dia. Este é o caso do Curso de Administração Pública e Social (APS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um curso noturno cujos alunos são, em sua maioria, trabalhadores com pouca disponibilidade de tempo fora do horário das aulas. No entanto, este não é o único fator posto como desafio na implementação da curricularização da extensão no curso. Há os problemas da compreensão do próprio conceito de extensão e dos condicionantes institucionais para sua valorização e operacionalização, que podem dificultar ainda mais o processo.

Estas instigações iniciais serviram de base para desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso, cujos resultados são aqui apresentados e que teve por objetivo verificar em que medida as características dos estudantes do curso de APS da UFRGS e as percepções que eles e o corpo docente têm sobre a extensão universitária contribuem para a construção de uma proposta de curricularização que qualifique sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, e identificar propostas de ação.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa. Inicialmente, foi realizada uma análise da literatura especializada, bem como uma pesquisa documental através da busca eletrônica e análise de leis, projetos e resoluções sobre a curricularização da extensão no Brasil. Coletamos também dados sobre o desenvolvimento de atividades extensionistas e do processo de curricularização na UFRGS e no curso de APS, bem como consultamos informações secundárias sobre o perfil dos alunos, baseadas principalmente em pesquisa anteriormente realizada junto aos alunos pela COMGRAD do curso de APS. Já a pesquisa de campo incluiu a realização de

entrevistas com informantes chaves da UFRGS e dos docentes do curso de APS e a aplicação de dois questionários: um, com estudantes e outro com os professores do curso, buscando aprofundar os elementos centrais do problema de pesquisa.

O trabalho aborda inicialmente as concepções e o histórico da extensão universitária, seus desafios políticos e institucionais no Brasil, o processo de institucionalização da curricularização da extensão, suas normas, prazos de implementação e desafios atuais. A seguir, apresenta os principais elementos sobre a extensão e o processo de curricularização na UFRGS e no curso de APS, e, posteriormente, os resultados da pesquisa junto a professores e estudantes, tecendo no final algumas considerações e reflexões sobre as questões encontradas.

2. OS CAMINHOS E CONCEPÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O surgimento da extensão universitária obedece a concepções diferentes que, até hoje, provocam debates no meio acadêmico, relacionados à compreensão sobre o papel que a universidade tem na sociedade. Nas suas origens, é possível identificar duas perspectivas principais, conforme descreve Paula (2013, p. 9-10):

[...] a primeira, tendo se originado na Inglaterra, difundiu-se pelo continente europeu e expressou o engajamento da universidade num movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos), que buscaram, cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo [...]
A segunda vertente da extensão é protagonizada pelos Estados Unidos e tem como objetivo básico a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial.

É importante frisar que estas diferenças de concepções da extensão universitária a partir do seu surgimento nas vertentes europeias e estadunidenses remetem a visões que ainda estão presentes no debate da extensão nas universidades brasileiras: de um lado, uma visão instrumental e utilitarista e de outro, uma visão integral, de compromisso social da universidade no seu próprio processo de construção do conhecimento. Por outro lado, o percurso da extensão no Brasil mostra sua relação com as lutas sociais e a herança do movimento pela Reforma Universitária de Córdoba de 1918, na busca por uma Universidade próxima dos grandes desafios da sociedade.

A história da extensão universitária brasileira perpassou por diversas fases até alcançar a sua institucionalização na constituição de 1988. No início, há experiências dispersas, entre as quais, em 1911, cursos e conferências realizados na Universidade Livre de São Paulo e de prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Ao mesmo tempo, é necessário destacar a participação dos estudantes que, organizados na União Nacional dos Estudantes (UNE), promoveram, nas décadas de 50 e 60, movimentos políticos e culturais provocando reflexões sobre a atuação da universidade e as metodologias que possibilitassem a reflexão sobre a sua prática (FORPROEX, 2012).

Após décadas de ditadura, a extensão ressurge inserida nas propostas de democratização da sociedade e, junto com ela, da Universidade. É assim, que o reconhecimento legal das atividades de extensão no Brasil é consignado no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e **obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**" (BRASIL, 1988, grifo nosso).

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deriva de demandas por mudanças necessárias acerca da função da Universidade – e do Ensino e da Pesquisa nela desenvolvidos, alçando ao mesmo status destes dois (não há hierarquia na Constituição), [...] São mudanças que devem ser contextualizadas e que não são legitimadas nas instituições e em suas normas, nem nas práticas de seus agentes, apenas porque estabelecidas na lei. Mas estas mudanças se impõem às regras vigentes no campo, ao *habitus* institucional (embora não consensual, sempre há uma predominância deste ou daquele valor ou compreensão em dado momento, e este tende a ser normatizado) e ao *habitus* dos agentes que o compõem, logo, às suas práticas. (GONÇALVES, 2015, p. 1231-1232)

A partir da década de 90, cabe destacar o papel do Fórum de Pró-reitores de Extensão – Forproex, como ator importante na criação da política de extensão atual no que tange em conceituar a extensão universitária, elaborar mecanismos de avaliação e monitoramento de ações, institucionalizar a extensão a atuação universitária e ser o principal mediador na deliberação de políticas públicas para a promoção da extensão (PAULA, 2013).

Um elemento fundamental da conceptualização da extensão tem a ver com a identificação as diretrizes fundamentais que identificam os elementos centrais que caracterizam a extensão universitária, a saber: 1) Interação Dialógica; 2) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 3) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; 4) Impacto na Formação do Estudante; 5) Impacto e Transformação Social.

É importante salientar que a extensão não está imune de conflitos e incompreensões sobre metodologias, teorias, objetivos e públicos-alvo das suas práticas. A política de extensão que vem sendo definida, reafirma uma concepção de extensão em que esta é considerada como uma prática que vai além da assistência universitária. Além de auxiliar a sociedade com o conhecimento adquirido na universidade, o aluno também aprende com a sociedade e, em contrapartida, traz esse conhecimento novamente para a sala de aula (GADOTTI, 2017).

3. A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão deve ser vista como parte do processo de institucionalização da extensão nas universidades. Conforme Gadotti (2017), ela vem para firmar a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade, e também para o contato do campo acadêmico com a sociedade, destacando o papel social da universidade e o interesse social do ensino e da pesquisa.

O princípio da indissociabilidade, para Pereira e Vitorini (2019), serve como base para a

implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES). Este princípio faz parte da construção do Plano Nacional de Educação (2014-2024). O PNE aponta a curricularização na estratégia 7 da Meta 12 e ela é estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 07/2018: “Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018).

São consideradas como atividades extensionistas, no Artigo 7º da Resolução CNE/CES nº 07/2018, as “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias” (BRASIL, 2018).

Quanto aos prazos, da Resolução CNE/CES nº 07/2018 se desprende que as IES teriam até o ano de 2021 para a implementação da curricularização e das demais diretrizes. No entanto, em função da pandemia de COVID-19, os prazos sofreram alterações e a Resolução CNE/CES nº 01/2020 ampliou a data limite para a implantação, passando de 19 de dezembro de 2021 para 19 de dezembro de 2022, iniciando sua validade para os alunos ingressantes a partir de 2023.

É necessário salientar que as atividades extensionistas precisam avançar qualitativamente e não somente pela obrigação que a curricularização traz para a formação:

Curricularizar a Extensão Universitária implica aproximar a universidade dos grandes desafios da sociedade, particularmente os desafios da Educação Básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas. O currículo não deve ser entendido como um “apêndice” do processo educativo. Ele é resultado de um “caminho percorrido” (significado da palavra “currículo”) da própria educação, que implica escuta, reflexão, elaboração teórica e práxis. Uma política de extensão não extensionista é um grande desafio para a universidade. Trocar ideias com experiência já realizadas, refletir criticamente sobre elas, torna-se necessário para que não se comece tudo de novo. (GADOTTI, 2017, p. 11)

Outros desafios também devem ser considerados, como expõem Ribeiro, Mendes e Silva (2018, p. 337): “Todo processo de mudança requer rupturas na forma de ver, perceber e agir. A inserção da extensão nos currículos de graduação das universidades públicas brasileiras não será diferente.” A necessidade de mudanças é variada, como a redefinição da percepção de sala de aula, a expansão da concepção de conhecimentos entendidos como autênticos e permitidos na academia, e ainda, no modo de avaliação aplicado aos alunos, fazendo com que os docentes se afastem de modelos livrescos e se envolvam em outras perspectivas epistemológicas. Isso significa que o professor é estimulado a sair de sua zona comum – dentro da sala de aula exibindo slides e conteúdo – e incentivado a explorar outras formas de ensino e aprendizagem. “A rua, a praça, a escola, a empresa, a comunidade, passam a fazer parte de um cenário complexo e potencializador de diálogos plurais, porque referenciados no cotidiano, na vida e nos sentidos singulares de cada sujeito” (RIBEIRO; MENDES; SILVA, 2018, p. 337).

4. O PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFRGS

A UFRGS, ao elaborar a sua política de extensão, levou em consideração o artigo 1º, inciso I do seu estatuto onde ela propõe “I – estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis no âmbito da Universidade” (UFRGS, 2012). A gestão das atividades de extensão na UFRGS é de responsabilidade da PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão. É de sua incumbência a formulação de diagnósticos, propostas de políticas de atuação, coordenação de bolsas, intercâmbios, programas de fomento, a divulgação, o estímulo e a articulação das unidades acadêmicas para as atividades multi e interdisciplinares da extensão.

De maneira geral, a UFRGS desenvolve uma extensão bastante abrangente e de qualidade, como mostram os dados que constam no Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI) da UFRGS, referente ao ano de 2019 (UFRGS, 2020), quando houve um total de 2.552 atividades acadêmicas de extensão, com 13.476 envolvidos nas equipes executoras e 36.256 participantes. Por outro lado, a PROEXT é responsável por uma série de ações vinculadas aos objetivos acadêmicos e de impacto social da UFRGS.

Para dar conta da tarefa de integralização das atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFRGS constituiu no final do ano de 2018, um Grupo de Trabalho (GT) integrado por membros da PROEXT, Câmara de Extensão (CAMEXT), Câmara de Graduação (CAMGRAD), Fórum das Comissões de Graduação (COMGRADs), Coordenadoria de Licenciaturas/PROGRAD e Departamento de Cursos e Políticas da Graduação/PROGRAD para “discutirem e proporem regramento que, após aprovado pelo CEPE, disciplinará a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRGS [...]” (UFRGS, 2020, p. 171). Ao decorrer do ano de 2019, o GT realizou diversas reuniões e seminários nas unidades acadêmicas no intuito de apresentar as propostas existentes e colher sugestões ao mesmo.

Entretanto, o processo de aprovação da resolução atrasou em 2020, motivado pela pandemia da COVID-19 e mudanças administrativas realizadas pela nova reitoria. Sendo assim, no momento de realização da nossa pesquisa, ainda não tinha sido aprovada uma resolução para a integralização curricular da extensão na Universidade. Nesse sentido, recorreremos à entrevista de um dos integrantes do GT institucional para melhor compreendermos as propostas e a situação atual. Em relação ao processo de curricularização da extensão na UFRGS e sua situação atual, ele apontou:

A UFRGS vem discutindo há tempo o assunto, dentro da comunidade extensionista, mesmo antes da Resolução do CNE. Durante alguns anos o tema dos “Diálogos da Extensão”, evento que reunia os extensionistas, discutiu sobre as formas e condições desta inserção, que já estava prevista no Plano Nacional de Educação (PNE). Um pouco antes da publicação da Resolução do CNE, a UFRGS instituiu uma comissão para propor ao CEPE a forma de realizar esta inserção. Esta comissão fez mais de 35 reuniões com grupos, órgãos, Unidades e fóruns, o que permitiu verificar as necessidades e diversidade entre os diversos cursos e as possíveis formas do reconhecimento da prática extensionista nestes cursos.

A proposta foi enviada à época para a Prograd que montou um processo para sua tramitação. O processo contém a manifestação da Prograd, Prorext, já passou pelas Câmaras de Extensão e de Graduação e atualmente está na Comissão de Diretrizes, último estágio antes da sua submissão ao plenário do CEPE. (informação verbal)¹

Conforme nosso entrevistado, o núcleo da proposta é o reconhecimento da prática extensionista em diversas atividades acadêmicas e que isso poderá ser feito em atividades de ensino – dependendo da metodologia e da prática de cada uma – e na participação do aluno em atividades de extensão atuando como membro da equipe executora.

Na primeira minuta de proposta de Resolução, constava em um dos pontos que o currículo do curso de graduação fixaria o número de créditos exigidos e que ele não poderia ser inferior a 20% (vinte por cento) do total de créditos exigidos em Atividades Curriculares de Extensão. No entanto, após diversas discussões, a última proposta encaminhada ao CEPE retirou este ponto. Conforme nosso entrevistado, o argumento é que, apesar do estímulo ao desenvolvimento de novas atividades extensionistas que isso geraria, a UFRGS não tem, no momento, como garantir o número necessário de projetos de extensão para atender os mais de trinta mil alunos que possui.

Sendo assim, já se dá por certo de que haverá duas modalidades para a creditação da extensão na Universidade: uma será através de projetos de extensão e a outra será através das atividades de ensino. No entanto, para que sejam considerados extensão, cada disciplina deverá passar por uma alteração e prever a extensão já em seu plano de ensino. Ficará a cargo da COMGRAD de cada curso a avaliação destes planos e se as atividades propostas serão consideradas extensionistas ou não.

A implementação da extensão em atividades de ensino foi uma das soluções encontradas pela Universidade para que se atingisse a carga horária pretendida e, ainda, para tentar diminuir a dificuldade na participação de alunos de cursos noturnos, já que estes têm pouca disponibilidade para atuar em projetos extensionistas fora do horário de aula. Partindo desta perspectiva, questionamos o professor como a Universidade está lidando com a curricularização da extensão com os cursos que são noturnos e quais seriam as propostas para estes alunos. Ele informou que há várias ideias, dentre elas, a citada anteriormente e a de abrir espaços nas grades horárias no turno de estudos. Ele ressaltou que “Isto vai exigir um desenho curricular diferente do atualmente utilizado. Esta será a tarefa cooperativa entre os Departamentos, NDEs, COMEX e COMGRADs para definir o melhor desenho para cada curso”.

Por ter participado de todo o processo de curricularização da UFRGS, perguntamos ao professor quais seriam os maiores desafios por ele identificados neste processo. Ele informou que os desafios são:

- a) O aumento qualificado do volume de atividades ou horas de extensão ofertados aos estudantes, através de atividades de cunho institucional de Unidades, entre Unidades e de gestão da Universidade;
- b) O reconhecimento da prática extensionista através da alteração das metodologias de desenvolvimento de parte das atividades de ensino;

¹ Entrevista concedida por N, J. **Entrevista V**. [abr. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021.

c) A flexibilização e desenho curricular de forma a não aumentar a carga horária de dedicação discente para o cumprimento da carga horária da prática extensionista no curso.

Todo o processo de implementação da integralização curricular da extensão demanda uma série de mudanças institucionais, de debates e ajustes que não se esgotam com a aprovação de uma resolução. Nesse sentido, uma das preocupações é que se possa efetivamente avançar na extensão e não apenas se restringir a aplicações formais para preencher a carga horária.

A partir dos elementos levantados neste trabalho, pode-se dizer que, apesar da importância dos debates iniciais promovidos pela PROEXT para a preparação da minuta de resolução, eles não conseguiram avançar o suficiente em todas as Unidades, nem envolver de forma ativa a comunidade acadêmica para provocar as devidas reflexões sobre os desafios colocados para avançar na efetiva indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa. Com a aproximação do prazo final para implementar a norma do CNE, o risco é não conseguir avançar na problematização sobre as possibilidades de mudanças institucionais necessárias para efetivar os objetivos da curricularização, entre os quais é fundamental aproximar a universidade dos grandes desafios da sociedade.

A possibilidade de impulsionar uma maior oferta de projetos extensionistas e um maior envolvimento dos alunos nos mesmos esbarra nos limites institucionais que estão colocados e parecem apontar para uma resolução cujo foco será a introdução de horas nas próprias disciplinas, sem grandes inovações no que diz respeito a novos formatos para pensar a sala de aula e expandir a concepção de conhecimentos “entendidos como autênticos e permitidos na academia”.

5. A EXTENSÃO E O PROCESSO PARA SUA CURRICULARIZAÇÃO NO CURSO DE APS

O curso de APS faz parte da Escola de Administração (EA) da UFRGS, na qual funciona também o curso de Administração. A Comissão de Extensão (COMEX) é responsável em propor ações extensionistas ao Conselho da Escola de Administração e em organizar a proposta de atividades de extensão para ambos os cursos (UFRGS, 2021).

O número de projetos de extensão oferecidos na EA, de ambos os cursos é pequeno. No ano de 2020, estavam cadastrados no Catálogo de Ações de Extensão da Universidade apenas 15 Ações de Extensão. Algumas destas ações são programas continuados como o PS Empresa Júnior, ACELEREA e o NEGA. Já os demais, são projetos pontuais. Considerando o número e as características dos projetos de extensão na Escola de Administração, fica claro que a extensão nesta unidade é bastante restrita.

Até o momento, as atividades de extensão no curso de APS ocorrem por meio de projetos, atividades, programas, cursos, dentre outros que são propostos pelos docentes e técnicos administrativos. Os alunos participam destas atividades de forma voluntária, tendo ou não bolsa remunerada. A creditação destas práticas se dá na forma de “Atividades Complementares” que são reconhecidas como crédito e carga horária no currículo do curso (UFRGS, 2017).

Há no curso apenas dois programas de extensão com projetos de caráter continuado: de um lado, o Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA), voltado, principalmente, a projetos ligados a Organizações da Sociedade Civil e Economia Solidária. De outro lado, os projetos de Extensão do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Administração Pública – GEDAP; apesar de ser um grupo de pesquisa, ele desenvolve dois projetos orientados à divulgação digital.

É importante salientar que no currículo do curso de APS da UFRGS há uma disciplina chamada “Atividade Integradora II – Extensão”, cujo objetivo é apresentar as concepções teóricas da extensão universitária, a prática, o acompanhamento, a sistematização e a avaliação das atividades de extensão (UFRGS, 2017). É nesta disciplina que surge a oportunidade do debate sobre a curricularização da Extensão e a sua importância para o curso.

Em relação à curricularização da extensão no curso de APS, as primeiras discussões se deram no ano de 2019, primeiro em apresentação geral da resolução para os técnicos e professores da EA, posteriormente com o debate na Área de Pública e Social, seguido de uma discussão na Comissão de Graduação - COMGRAD do curso e, no início de 2020, com a discussão no Núcleo Docente Estruturante, NDE, que identificou as primeiras possibilidades de implementação no curso. O processo parou com a pandemia do covid-19 e foi retomado em fevereiro de 2021, como parte do processo mais amplo de reformulação do PPC do curso (informação verbal)².

As propostas para a implementação da curricularização no curso são decorrentes das propostas mais gerais na UFRGS. Uma delas é a de distribuir a carga horária desses 10% de forma transversal nas disciplinas. Outra possibilidade é a de estabelecer projetos de forma permanente no qual os alunos possam participar e reconhecer horas. Há, ainda, as combinações entre ambas. Uma preocupação sobre a implementação deste processo, conforme explica o vice coordenador da COMGRAD APS, é “[...] o de aferir com cuidado o quê que é extensão, o quê que é ensino e o quê que é pesquisa para não se misturar.” (informação verbal)³. Este é um momento em que os professores do curso estão apresentando e debatendo propostas de atividades de extensão para a inserção no currículo através de programas e projetos que estarão integrados ou não às disciplinas. A partir disso, caberá à COMGRAD avaliar a proposta.

6. PRÁTICA E PERCEPÇÕES DA EXTENSÃO DOS DOCENTES

Para melhor compreender a prática e percepções dos docentes do curso, este trabalho se concentrou naqueles vinculados à Área de Pública e Social, integrada por 12 professores e professoras que se envolvem de forma mais direta e sistemática com o curso. Desse total, 10 participaram da pesquisa, 4 como respondentes de entrevistas semiestruturadas e 6 de um questionário digital. Foram

² Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.).

³ Ibid

também convidados a responder o questionário digital mais 16 professores e professoras das outras áreas do DCA (Departamento de Ciências Administrativas) que lecionam no curso, 6 dos quais participaram, Sendo assim, obtivemos um total de 16 respondentes, 4 através de entrevistas e 12 do questionário.

Em relação à experiência com a extensão, todos os docentes já desenvolveram atividades de extensão ao longo de sua experiência docente, na UFRGS e fora dela. Entretanto, quanto ao tipo de projetos, apenas a metade dos professores já realizou ou realiza extensão centrada em cursos e capacitações, enquanto que a outra metade apresentam um envolvimento maior em atividades de diversos tipos, junto à comunidade. Por outro lado, a maioria tem participado em mais de 5 ações, ou seja, mantém algum tipo de participação na extensão.

Esse perfil de envolvimento com a extensão se manteve no último ano, quando, apesar da pandemia, 12 docentes se envolveram em atividades de extensão, novamente a maioria caracterizadas por cursos, mentoria ou difusão de material informativo.

As atividades desenvolvidas contaram, conforme os professores, com uma pequena participação de alunos do curso de APS nas equipes executoras e envolveram estudantes de outras áreas. Além disso, informaram, em sua maioria, que suas atividades de extensão envolveram docentes de outras áreas. Dessa forma, os projetos parecem ter um viés interdisciplinar.

De maneira geral, pode-se considerar que grande parte dos professores do curso de APS realizam atividades de extensão, mas existem poucos programas e projetos continuados. Ainda foi possível perceber que há poucos professores com perfil extensionista e que conseguem de fato praticar a indissociabilidade no curso ao integrarem as suas atividades de ensino com as de pesquisa e extensão.

Por outro lado, o conjunto de professores assume uma concepção de extensão ampla e integral, entendendo-a como “processo que proporciona a troca de saberes e a interação transformadora entre aluno, universidade e sociedade”. Para os professores entrevistados, com um perfil claramente extensionista, é bem clara a concepção da extensão: é a interação com a comunidade e a troca de saberes. Essa troca de conhecimento significa aprender, significa gerar um conhecimento novo que possa alimentar uma pesquisa, alimentar a criação de conhecimentos novos que vão para sala de aula, que contribuem com a formação do estudante⁴. Pode-se dizer que essa concepção é compartilhada pela maioria dos docentes respondentes ao questionário. Percebe-se até aqui, mediante a todos os dados apresentados nesta pesquisa, que os professores sabem do que se trata a extensão universitária. Porém, a maioria não a coloca em prática, visto que o curso possui muito poucos projetos e programas de extensão que proporcionam efetivamente o que é definido nas concepções e diretrizes da extensão.

Sobre os principais problemas que dificultam a realização da extensão no curso, os professores destacam: a falta de mapeamento de setores públicos e sociais passíveis de interação com a

⁴ Entrevistas concedidas por: P, C. **Entrevista II**. [fev. 2021], C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021.

Universidade; o desinteresse dos alunos; a falta de prestígio às atividades da extensão frente às produções científicas; o individualismo em grupos de trabalho; a pouca disponibilidade de tempo e de recursos econômicos dos discentes; a falta de incentivo e de valor internos; o acúmulo de atividades designadas aos docentes; a resistência de docentes que não atuam ativamente na área da extensão; o baixo valor das bolsas de extensão; o quadro docente do curso que é formado majoritariamente por professores com perfil acadêmico e que priorizam a pesquisa; a falta de prioridade da extensão e de estratégias e recursos institucionais.

Quanto à curricularização da extensão, 8 docentes (66,7%) afirmaram que a consideraram uma política adequada e 4 (33,3%) discordam. Dentre os motivos que os fizeram considerar uma política adequada estiveram: o enriquecimento do currículo para a formação do aluno; a possibilidade no aumento de interação com a sociedade; o estímulo às formas de interação mais diversas entre universidade e sociedade; a reconexão entre universidade e sociedade – considerando que a Universidade está no momento mais voltada para a pesquisa e; uma maior visibilidade para a extensão. Dentre os docentes que discordam, há a crença de que esta política surge no intuito de universidades privadas reduzirem custos com docentes em sala de aula ao converterem preços de horas/aula em atividades extensionistas.

Já entre os professores entrevistados, dois concordam com a curricularização da extensão de forma mais entusiasta, considerando que a política é extremamente necessária, porque ao colocar a extensão no currículo, ela é condicionada e fará com que todos se envolvam, sem exceções⁵. De outro lado, dois colocam algumas restrições: de um lado, porque se argumenta que a porcentagem é muito elevada e o tempo para a implementação muito pequeno para as universidades se organizarem⁶ e do outro, porque pode haver perda de carga horária em atividades de ensino, já que a carga horária destinada às atividades de extensão, não será acrescida à carga horária do currículo⁷.

Em relação aos desafios da curricularização em um curso noturno como o de APS, algumas das questões colocadas foram: a necessidade de melhoras nas condições de permanência do estudante e os desafios para os alunos trabalhadores que demandam a elaboração de outras formas de vivências de extensão⁸; a identificação das disciplinas que possuem, em alguma medida, potencial para a realização das atividades extensionistas e de que maneira estas atividades serão inseridas (informação verbal)⁹; o aumento da oferta de atividades e modalidades de extensão e a organização de horários, para que permitam ao aluno trabalhador participar; a necessidade de estruturar programas que integrem ensino, pesquisa e extensão; a demanda que a curricularização traz de os docentes trabalharem em conjunto¹⁰.

⁵ Entrevista concedida por D, A. Ibid

⁶ Entrevista concedida por P, C. Ibid

⁷ Entrevista concedida por B, J. Ibid

⁸ Entrevista concedida por C, P. Ibid

⁹ Entrevista concedida por B, J. Ibid

¹⁰ Entrevista concedida por P, C. Ibid

Outra questão citada foi a falta, dentro do curso, de um programa de extensão permanente com a Administração Pública, o que sim existe para a Gestão Social. Coloca-se, ainda, mais um desafio que surgirá após a curricularização: a autoavaliação; a Universidade deveria reassentar alguns aspectos da administração central para a criação de mecanismos de autoavaliação¹¹. Finalmente, há a preocupação de a curricularização ser realizada de “qualquer jeito”, somente para cumprir a resolução¹².

Ademais, salienta-se que o curso de APS é noturno. Isso por si só já é uma grande dificuldade na implementação de atividades extensionistas, pois a disponibilidade da maioria dos alunos dos cursos noturnos é restrita. Soma-se esta dificuldade a um currículo que possui uma carga horária de 3000 horas. A curricularização neste caso exige que, pelo menos, 300 horas sejam exclusivas para atividades de extensão.

Sobre as sugestões para superar estas condicionantes, foram citadas diversas alternativas, como realização de atividades aos sábados, durante a semana no período noturno (muitos deles salientaram que há diversos órgãos públicos em funcionamento à noite) e atrelados às disciplinas – esta modalidade consta na Resolução da Universidade que está para ser aprovada¹³.

Há, entretanto, uma manifesta preocupação entre os professores sobre a viabilidade da integralização curricular da extensão é viável para o curso de APS, considerando que ele é noturno e que a maioria dos alunos trabalha. Como a Universidade ainda não tem uma Resolução definida e que não há nada esclarecido, com exceção de considerações informais, há muitas dúvidas sobre como será o processo. Relatam que será difícil e que a viabilidade dependerá das diferentes formas de operacionalização, condições para locomoção dos alunos em atividades e da abertura de projetos em diferentes horários, incluindo a grade curricular noturna.

A maioria dos professores aguarda a resolução da Universidade e tem dificuldade para colocar-se de forma proativa no processo. Entre as principais sugestões, destacamos a criação de uma estrutura permanente de apoio ao desenvolvimento dos projetos em que seja feita uma estrutura que organize dados de instituições parceiras, recursos para a execução das atividades e que divulgue e articule estágios e projetos de extensão. Outra sugestão apontada foi a criação de projetos permanentes e estruturados de forma coletiva e a ideia de replicar projetos de imersão que outros cursos do campo do públicas vêm desenvolvendo.

7. ALUNOS DO CURSO DE APS: PERFIL E PERCEPÇÕES DA EXTENSÃO

Este trabalho buscava entender as características dos estudantes do curso de APS e suas percepções sobre a extensão universitária, analisando de que forma esses elementos interferem na sua participação nas atividades de extensão e nas perspectivas de sua integralização no currículo do curso.

¹¹ Entrevista concedida por C, P. Ibid

¹² Entrevista concedida por D, A. Ibid

¹³ Entrevistas concedidas por: B, J. Ibid, P, C. Ibid, C, P. Ibid, D, A. Ibid

Entretanto, tivemos duas limitações importantes que restringiram o alcance das nossas informações: de um lado, a dificuldade de acesso aos dados do conjunto dos alunos, do curso, por restrições da própria universidade, e de outro, uma baixa taxa de resposta ao questionário (apenas 36 respondentes). Mesmo assim, entendemos que os dados levantados podem colaborar para se ter uma ideia do cenário, já que é possível considerar que os alunos que responderam têm efetivamente interesse em participar dos debates sobre a curricularização da extensão universitária.

Sobre o perfil dos discentes, o curso de APS tem um total de 470 estudantes. Sem as informações gerais, tecemos algumas considerações utilizando os resultados de um questionário efetuado pela COMGRAD do curso de APS em março de 2021, no qual participaram 107 alunos, isto é, 22,8% do total.

Os resultados deixam claro que o perfil do aluno do curso de APS da UFRGS é relativamente jovem, com uma ligeira maioria do gênero feminino. Em relação à ocupação, trata-se de um aluno trabalhador que conta com poucas horas disponíveis para atividades extracurriculares.

O perfil de aluno trabalhador também se confirma: a maioria, 52,8%, realiza trabalho remunerado em tempo integral, enquanto que 22,2% realiza estágio remunerado e somente 8,3% se dedicam integralmente aos estudos. 16,7% dizem realizar outras atividades. Em decorrência destas características, a grande maioria relata que não tem disponibilidade fora do horário das aulas para a realização de outras atividades acadêmicas. Entre os que indicaram ter disponibilidade (44,4%), a maior parte (43,7%) informou ter entre 2 a 3 horas disponíveis por semana.

Em relação à percepção sobre a extensão, somente a metade diz ter clareza do que é, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Conhecimento dos discentes sobre extensão universitária



Fonte: Questionário.

Se consideramos que apenas 5 não sabem ou não ouviram falar, a maioria tem pelo menos algum conhecimento sobre a extensão universitária.

Cabe destacar que a grande maioria (28), afirmaram que consideram importante a extensão universitária para o currículo de APS. Dentre os motivos citaram: a aplicação e vivência do que é estudado na universidade; a interação com a sociedade; o papel do administrador público e social como

agente transformador da sociedade; o conhecimento dos pilares da universidade pública (ensino, pesquisa e extensão); a ampliação de conhecimentos; a troca de saberes; a importância na formação de um profissional mais preparado e empático; e o direcionamento de estudos científicos em causas sociais. As justificativas mais citadas foram a interação e transformação da sociedade e a possibilidade de colocar em prática o que é aprendido no curso. Percebe-se, assim, que os discentes, apesar das dificuldades de tempo, valorizam a extensão universitária.

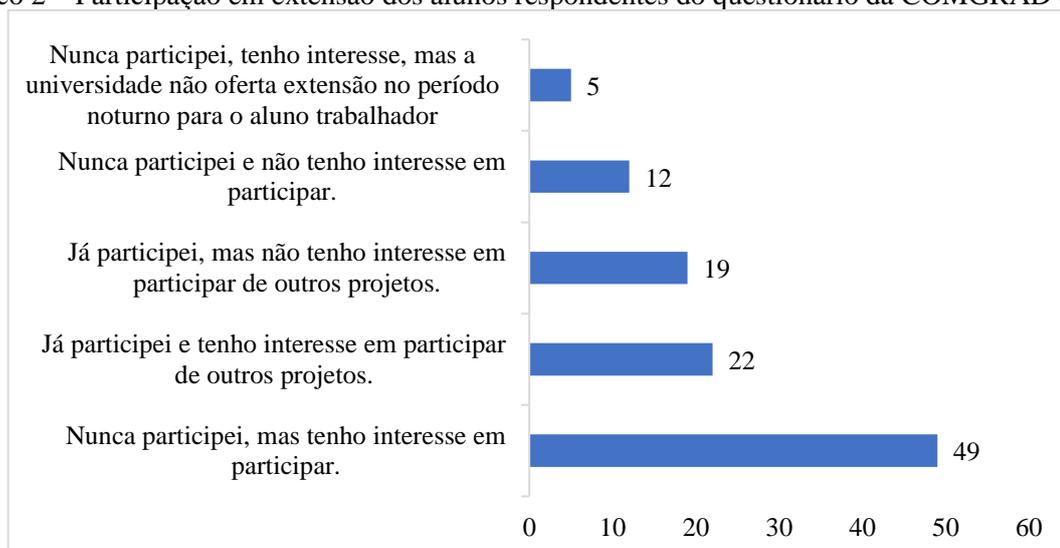
Esta valorização pode estar relacionada à importância da relação entre teoria e prática que, conforme o questionário aplicado pela COMGRAD do curso de APS anteriormente mencionado, a maioria dos alunos avaliaram como ruim, estando entre os motivos mais citados: a falta de atividades para praticar o que é aprendido no curso e o excesso de conteúdos teóricos.

A grande maioria dos alunos, 28 deles, informou que não participa ou participou em algum programa ou projeto de extensão. Somente 6 alunos afirmaram participar ou já ter participado de algum programa ou projeto extensionista. A grande maioria que participou dos projetos, o fizeram para obter créditos para as atividades complementares.

Como motivo de não ter participado, os alunos alegam: falta de tempo; falta de oportunidade; incompatibilidade de horários; e desconhecimento de projetos existentes. Muitos complementaram em sua resposta a ausência de projetos em horários que eles têm disponibilidade. Aqui, nota-se o quão difícil é para o aluno do curso noturno e trabalhador participar da extensão.

É importante frisar que os resultados do questionário aplicado pela COMGRAD do curso de APS indicaram que um alto percentagem tem interesse de participar de atividades de extensão:

Gráfico 2 – Participação em extensão dos alunos respondentes do questionário da COMGRAD de APS



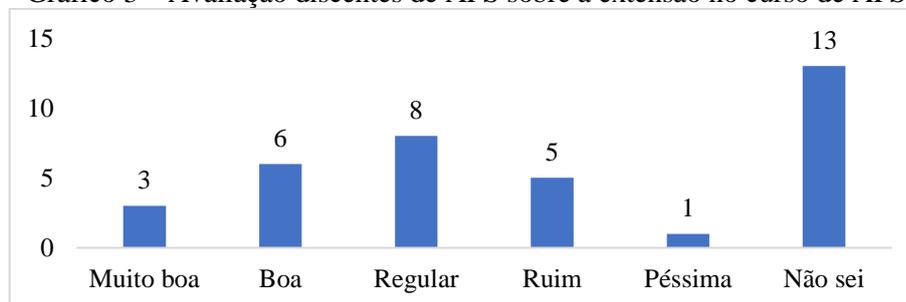
Fonte: UFRGS (2021, adaptado pelas autoras).

Eles identificam uma série de problemas para sua participação como: baixa oferta de projetos de extensão, bem como a falta de divulgação sobre a extensão e os projetos existentes, pouca disponibilidade de horários para a participação de alunos trabalhadores, falta de vínculo com órgãos públicos que poderiam ensinar atividades extensionistas na área, dentre outros.

Quanto à opinião dos alunos sobre a atuação da UFRGS na extensão, apenas um terço manifesta avaliação positiva, argumentando: a diversidade de projetos; a presença marcante da extensão em cursos como o de Odontologia e Enfermagem; a participação da UFRGS no Projeto Rondon; e o reconhecimento da Universidade pela sociedade. Entre os problemas identificados estão: a divulgação dos projetos na UFRGS é fraca, apesar da excelência da UFRGS na área extensionista, ela não é feita e pensada para o aluno trabalhador, falta incentivo à participação discente; e opções de projetos para alunos trabalhadores. Juntando estes argumentos com o fato de que 11 alunos não souberam avaliar, percebe-se uma falha por parte da Universidade em divulgar os projetos existentes e em como ela atua na área extensionista.

Já em relação à avaliação dos alunos sobre a extensão no curso de APS, o gráfico a seguir apresenta os resultados:

Gráfico 3 – Avaliação discentes de APS sobre a extensão no curso de APS



Fonte: Questionário.

Nesta questão também houve muitos alunos que informaram não saber. Entre os motivos de avaliação positiva, citaram: a excelência docente na área extensionista e a atuação do NEGA e do GEDAP em seus projetos. Já em relação às avaliações “Regular”, “Ruim” ou “Péssima”, os motivos foram: poucos projetos existentes; falta de flexibilização horária para a participação discente; e a falta da variedade de temas dos projetos existentes. Estes argumentos aliados ao fato de muitos alunos não souberem avaliar a extensão no curso, pode indicar uma falha na publicização dos projetos existentes, bem como, a ausência da extensão na jornada acadêmica de muitos alunos do curso de APS.

A grande maioria (29) considera que a inserção da extensão ao currículo seria benéfica ao curso de APS. Entre os argumentos expostos, estiveram que isto trará um maior conhecimento e vivências práticas; troca de saberes entre Universidade e sociedade; aprimoramento na formação do aluno; interdisciplinaridade; e mudanças de percepções discente da realidade. Diante de tantos argumentos

positivos dos alunos, a percepção que eles têm sobre a extensão universitária pode contribuir bastante na construção de alternativas de inserção de atividade ao currículo do curso de APS.

As preocupações e sugestões mais pontuadas sobre a implementação da creditação da extensão no currículo foram relacionadas à disponibilidade do discente em participar dos projetos. Outras preocupações apontadas foram sobre a possibilidade de ocorrer um aumento na carga horária e a de não conseguir administrar o tempo para a execução de todas as atividades universitárias e pessoais. Uma crítica também foi exposta: a falta de informação ou transparência para o aluno que busca as atividades de extensão. Já entre as sugestões, estiveram que: a extensão deve ser abordada já no início do curso; a possibilidade de haver diversas modalidades, incluindo projetos à distância e a possibilidade de realizar as atividades extensionistas no período noturno; a creditação da extensão não seja simplesmente mais teoria e da possibilidade de ter um acompanhamento prático e supervisionado das atividades que serão executadas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostra que a UFRGS tem uma prática de extensão universitária importante e conta com uma política de extensão que busca a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, na prática, a extensão ainda permanece distante do ensino e da pesquisa. Com a implementação da curricularização definida pela do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014-2024, a Universidade, assim como todas do país, teve que se organizar para estabelecer normas e diretrizes para o cumprimento da meta. Assim, foi elaborada uma Resolução que ainda aguarda aprovação, mas que de forma geral acabou sendo condicionada principalmente pela premência de adaptação à norma, mais do que a um aprofundamento do papel da extensão na universidade. Houve um processo de discussão nas instâncias da universidade e, apesar do atraso, condicionado principalmente pela pandemia e por mudanças na reitoria, está conseguindo-se avançar no cumprimento do que estipula a Meta do PNE. Entretanto, a nossa pesquisa mostra que há um déficit de debate sobre o assunto na comunidade universitária. Aguarda-se a resolução para ver como ela será aplicada, mas o aprofundamento sobre a mesma é limitado.

Isto traz uma questão fundamental sobre o sentido da curricularização, que não é de uma mudança formal e sim de fundo e que demanda um movimento da universidade para, como diz Gadotti (2017, p.11), aproximar-se “dos grandes desafios da sociedade, particularmente os desafios da Educação Básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas”. Isto demanda um ativo envolvimento da comunidade acadêmica, pois impõe muitas transformações na construção do currículo, sem o qual pode provocar complicações tanto operacionais quanto administrativas na implementação da curricularização.

Em relação ao curso de APS da UFRGS, este trabalho mostrou, em primeiro lugar, os limites da extensão na sua concepção e desenho geral. De fato, ao verificar o currículo do curso, foi possível identificar que as atividades de extensão constam somente como atividades complementares e que elas não estão inseridas no currículo. A participação em programas ou projetos extensionistas deve partir da vontade própria dos alunos em procurar uma atividade que seja do seu interesse e que se adeque ao currículo. Isso acarreta na possibilidade de alunos se formarem e não terem tido contato algum com a extensão em sua jornada na graduação. Aqui, verifica-se uma falha na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: atividades extensionistas são trazidas ao currículo de forma complementar e não obrigatória. É tratada, pelo próprio currículo do curso como um complemento para a sua formação e não parte integrante dele.

A curricularização visa superar esta limitação com a proposta da Universidade de implantar duas modalidades para a creditação da extensão: através de projetos e na inserção de atividades nas disciplinas. A inserção do debate da curricularização da extensão, como parte de um processo mais amplo de alterações curriculares que está em andamento, é uma boa oportunidade que poderia permitir realizar inovações importantes no desenho do curso que permitam avançar na indissociabilidade entre o ensino e extensão.

Neste sentido, este trabalho buscava contribuir com uma reflexão sobre as condicionantes, tanto do ponto de vista dos discentes como dos docentes que afetariam as possibilidades de inserção de atividades de extensão no currículo. O fato de ser um curso noturno, de alunos trabalhadores, com escassa disponibilidade de tempo, colocava de antemão um interrogante claro a esse respeito.

Em relação aos docentes, seu perfil deixa clara uma tendência a priorizar a pesquisa e uma experiência restrita na área extensionista. No que tange à percepção dos professores sobre a extensão universitária, percebe-se que o conceito teórico dela é entendido, mas a maioria deles tem uma prática de extensão bastante restrita. De fato, a maioria dos professores do curso de APS realizam atividades de extensão, mas poucos desenvolvem programas e projetos continuados, concentrando-se em atividades pontuais como cursos, capacitações e mentorias. Estas atividades até podem ser consideradas de extensão, no entanto, elas são apenas uma parte dela, considerando que a extensão é o próprio ensino e pesquisa e que ela prioriza as carências da maioria da população, em uma forma do “movimento ação – reflexão – ação, em que a concepção de ensino se constitui na elaboração, ela mesma, do conhecimento pelos alunos, resultante do confronto da realidade concreta e a pesquisa da sistematização dessa prática” (TAVARES, 1997, p. 35). O cenário de extensão no curso de APS ainda se torna mais fraco ao ser constatado que o número de alunos do curso que participam das atividades extensionistas propostas pelos professores é baixo.

Entre os motivos que podem explicar esta conjuntura estão o fato de a pesquisa ser mais valorizada no meio acadêmico do que a extensão e o fato das atividades extensionistas exigirem uma

dedicação e um trabalho maior dos docentes que já se veem muito atarefados com as demandas do cargo. Por outro lado, os professores consideram importante a curricularização da extensão e, ao mesmo tempo, se confrontam com os diversos desafios que esta política trará, visto que a inserção de créditos de extensão deverá ser feita a partir de programas e projetos extensionistas e “orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2018). E não menos importante, os projetos e programas precisam seguir as diretrizes básicas da extensão.

Quanto aos discentes, nossa pesquisa mostra, por um lado, os limites decorrentes do pouco tempo disponível dos alunos do curso para a realização das ações de extensão, mas, por outro lado, chama a atenção o interesse e a disponibilidade de participar. Apesar dos resultados limitados pelo baixo número de respostas à pesquisa e pelas dificuldades de obter os dados sobre o perfil, ainda assim, foi possível perceber que a extensão é pouco conhecida e não faz parte da formação dos alunos. Partindo disso, consideramos que a disciplina de “Atividade Integradora – II” é de extrema importância ao currículo do curso de APS, pois ela pode trazer uma mudança na visão dos alunos sobre a extensão.

Neste trabalho também foi possível verificar que os alunos consideram que a inserção da extensão ao currículo trará benefícios ao curso. Porém, isso também traz preocupações no que tange ao tempo, à disponibilidade e ao empenho para realizá-las. Os discentes também percebem que faltam atividades práticas em seu currículo. Contudo, ao serem chamados a debater sobre o currículo ou sobre a implementação da extensão nele, observa-se que a maioria não participa ou não tem interesse em participar. Isso acarreta não somente a um currículo de curso desenhado unilateralmente por docentes, mas também pela pouca quantidade de projetos extensionistas, visto que somente professores que atuam efetivamente na extensão criam programas e ou projetos permanentes. Ao passo que muitos alunos consideram que o curso de APS tenha muita teoria e pouca prática, os mesmos enfrentam a contradição entre o “querer” praticar e o não “poder”. Nesse sentido, cabe destacar o que foi descrito por Oliveira *et al* (2019, p. 59) de que “a extensão apresenta um papel chave, por ser um espaço de prática, de contato com diferentes pessoas e realidades, de protagonismo e demanda de resposta dos estudantes”.

A curricularização da extensão universitária vem como uma oportunidade de o curso preencher essa lacuna de atividades práticas. Mesmo que, para isso, tenha que se “perder” algumas horas de atividade de ensino. Talvez isso não seja uma perda, mas uma maneira de reorganizar o método de ensino, visto que muitos alunos consideram que o curso de APS tem uma bagagem teórica extensa. Isso exigirá esforços de toda a comunidade acadêmica, em todas as esferas. Se trata da implementação não só da integração da extensão ao currículo do curso, mas de uma forma dinâmica da graduação, em que a indissociabilidade será praticada de fato, agregando novas práticas e conhecimentos, e formando egressos com uma proximidade maior ao seu campo de atuação.

Diante do exposto, consideramos que este trabalho atingiu o objetivo proposto ao confirmar que apesar do fato de um curso noturno trazer dificuldades no processo de implementação da extensão no

currículo do curso de APS da UFRGS – pois a maioria dos alunos trabalha em turno integral e dispõem de pouco tempo para se dedicarem à extensão – existem, também, outros elementos significativos relacionados com a percepção e valorização da extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 set. 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/prorex-siteantigo/arquivos-diversos/PNE_07.11.2012.pdf/view>. Acesso em 17 set. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf> Acesso em: 13 out. 2020.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**. v.33, n.3, Florianópolis, 2015.

OLIVEIRA, Beatrice C. *et al.* Projeto de extensão na Administração Pública: aprendizados e competências em potencial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANEPCCP, 3., 2019, Natal. **Anais eletrônicos [...]** Natal, RN: ANEPCCP, 2019. p. 3155. Disponível em:
<<http://www.anepccp.org.br/anaisnepccp>>. Acesso em: 23 out. 2020.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5-23–23, 2013.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; VITORINI, Rosilene Alves da Silva. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**. v.7, n.1, p. 01-591, 2019.

RIBEIRO, M. R. F.; MENDES, F. F. de F.; SILVA, E. A. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Conexão**, v. 14, n.3, 2018.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão Universitária: Novo Paradigma de Universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário - CONSUN. **Decisão nº 266/2012**, de 20 de julho de 2012. Aprovação da Política de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/extensao/documentos-da-extensao/politica-de-extensao-da-universidade-federal-do-rio-grande-do-sul/view>>. Acesso em 08 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Escola de Administração. **COMEX – Comissão de Extensão**. Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/extensao/comex/>>. Acesso em 03 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Administração Pública e Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/wp-content/uploads/2018/03/PPC-Administra%C3%A7%C3%A3o-P%C3%ABblica-e-Social.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 15º Ciclo: 2019 / Comissão Própria de Avaliação; Secretaria de Avaliação Institucional**. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cpa/RAAI2019Volume1finalsite.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2021.